

O DEBATE SOBRE MOTIVAÇÃO NO REALISMO MORAL NATURALISTA NÃO REDUCIONISTA

THE MOTIVATION DEBATE IN NON-REDUCTIONIST NATURALISTIC MORAL REALISM

ADELINO FERREIRA¹

(IFBAIANO/Brasil)

RESUMO

Moralidade e motivação são fenômenos comumente relacionados e cuja coexistência nos leva a pensar na relação que estabelecem entre si. O debate internalismo x externismo motivacional no campo da moralidade mobiliza uma série de autores e argumentos na tentativa de compor uma descrição fiel do discurso moral. Este artigo pretende se debruçar sobre tal discussão na esteira dos autores do chamado Realismo de Cornell de modo a demonstrar a plausibilidade de uma compreensão externista sobre motivação com consequências no caráter prático da moralidade. Para isso será situado inicialmente o campo no qual a investigação se dará, qual seja, o realismo moral naturalista não reducionista. Em seguida se dará uma contextualização do debate sobre motivação e posteriormente serão mobilizados argumentos externistas no campo da motivação como o argumento do amoralista, de David Brink, e o da inversão do ônus da prova, de Sigrún Svavarsdóttir. Com isso, pretende-se mostrar como são robustos os argumentos em prol do externismo motivacional e como isso favorece o realismo naturalista.

Palavras-chave: Realismo Moral; Naturalismo Moral; Externismo Motivacional; Amoralista.

ABSTRACT

Morality and motivation are commonly related phenomena whose coexistence leads us to think about the relationship they establish. Motivational internalism vs. externalism in morality mobilizes a series of authors and arguments in an attempt to compose a correct description of moral discourse. This article will discuss this from the perspective of Cornell Realism in order to demonstrate the plausibility of an externalist understanding of motivation with consequences for the practical character of morality. In order to do this, the context in which the investigation will take place will be described, namely non-reductionist naturalistic moral realism. This will be followed by a contextualization of the debate on motivation and then externalist arguments on motivation, such as David Brink's amoralist argument and Sigrún Svavarsdóttir's reversal of the burden of proof. The aim is to show how robust the arguments in favor of motivational externalism are and how this favors naturalistic realism.

Keywords: Moral Realism; Moral Naturalism; Motivational Externalism; Amoralist.

Introdução

Quando travamos o debate metaético, buscamos, em suma, uma explicação completa para o fenômeno moral. Essa explicação deve conter respostas para a metafísica, para a epistemologia, para semântica e para a sintaxe dos termos morais. Cada um desses âmbitos precisa estar relacionado de modo a garantir que se chegue a um panorama teórico que faça jus ao modo como nos relacionamos com o mundo da moralidade.

Uma das teorias metaéticas mais estabelecidas, pelo menos desde a década de 80 do século XX, é o realismo moral naturalista não reducionista, que ficou conhecido na literatura como Realismo de Cornell. Autores como David Brink, Richard Boyd e Nicholas Sturgeon apresentaram uma proposta de compreensão dos termos morais de forma bastante completa e com interligações importantes para o campo da metaética.

Inicialmente, cabe destacar que os autores de Cornell operam no âmbito do realismo, ou seja, se comprometem com a defesa de propriedades morais que existem no mundo independentemente de nossa evidência sobre elas. Embora independência de mente seja o termo normalmente mais utilizado para uma descrição canônica do realismo, David Brink ressalta que, como propriedades morais se referem a seres como nós e se relacionam com nossas capacidades mentais, o termo independência de evidência se torna mais adequado por resguardar a relação da moralidade com certos aspectos de nossa natureza².

A tradição realista na metaética, contudo, é diversa e multifacetada. Reúne desde defesas robustas do não naturalismo, como o *shameless realism* de David Enoch³, até teorias naturalistas reducionistas como a de Peter Railton⁴, passando por vertentes realistas sobre razões como a de Michael Smith⁵ e sobre a sensibilidade como as de McDowell e Wiggins⁶. Podemos dizer, assim, que o realismo moral se diz de vários modos.

O debate aqui estabelecido partirá, contudo, da plausibilidade de um tipo específico de realismo que nos interessa por garantir a objetividade do discurso moral sem apelar a uma epistemologia extravagante ou a propriedades morais *suis generis*. E também por não reduzir o discurso moral ao discurso não moral, entendendo a especificidade daquele discurso para uma melhor descrição da realidade. Isso nos leva, pois, a uma série de comprometimentos e empreitadas metafísicas, semânticas e epistemológicas que não seriam possíveis de se detalhar em um artigo como esse.

O que nos interessa nesse primeiro momento, então, é apenas situar o campo em que estamos pisando e deixar claro em que modelo estamos operando. Partimos de um realismo que comprehende as propriedades

morais como propriedades naturais, ainda que não possam ser reduzidas a elas e, ao defender a existência de tais propriedades na realidade, nos comprometemos com a afirmação de que sua descrição é essencial para compor um cenário total do mundo das coisas. Qualquer explicação da realidade que exclua propriedades morais, estaria, pois, incompleta e careceria de melhoramentos.

Caso esse cenário faça sentido, a empreitada moral envolve a descrição, em termos e com recursos da investigação naturalista, de propriedades morais presentes em ações, estados de coisas ou fatos naturais, por exemplo. Isso seria o ponto principal de uma investigação sobre a moralidade. Já vemos aqui que isso é algo bastante distinto do que advogam outras teorias morais, mesmo teorias realistas. Isso porque, uma forma consolidada de pensar a moral é a partir de sua normatividade e de seu caráter prático. Para muitas correntes éticas, antes de descrever propriedades, a moralidade prescreve atitudes e ações, ou pelo menos, alia descrição com a prescrição. Realistas de Cornell contestam tais visões e pensam que não é constitutivo de uma propriedade moral o fato de que elas possuem um caráter eminentemente motivador e que fornecem razões para ação⁷.

É sobre o debate específico sobre motivação e moralidade que este artigo irá se debruçar. Isso porque é no seio do Realismo de Cornell que a principal crítica à defesa do caráter intrinsecamente motivacional da moralidade se dará. David Brink lança um desafio aos defensores da relação conceitual entre motivação e moralidade ao postular a figura do amoralista, um personagem hipotético capaz de compreender tudo o que está envolvido no discurso moral e ainda assim se manter imóvel aos preceitos éticos. Caso o amoralista seja ao menos concebível, teríamos que afirmar que a motivação não é algo constituinte do conceito de moralidade, embora possa ter com ele um forte laço.

O presente artigo apresentará os principais elementos do debate entre internismo e externismo motivacional, que é como essa discussão passou a ser chamada na literatura metaética. O objetivo é mostrar que os realistas de Cornell têm boas razões para sustentar que o caráter motivacional da moralidade não precisa ser *a priori* e conceitual, mas antes contingente, embora amplamente correlacionado. Para isso serão reconstruídos os principais debates sobre o tema e mobilizados os autores de referência sobre a discussão.

Motivação e Moralidade

É possível dizer que o simples fato de conhecermos algo não nos motiva a agir de uma determinada maneira. Por exemplo, se temos o conhecimento que está chovendo e também temos o conhecimento que guarda-chuvas são objetos que nos protegem da chuva, isso *por si só*, não nos motiva a pegar um guarda-chuva antes de sair de casa em dia chuvoso. É preciso que nós *queiramos* permanecer secos em nossa caminhada para o trabalho. Assim, de acordo com uma consagrada literatura acerca da motivação, fatos são inertes do ponto de vista motivacional⁸.

A moralidade, contudo, parece ser uma empreitada intrinsecamente motivadora. Muitos chegam, então, à conclusão de que a moralidade não lida com fatos, mas com atitudes não cognitivas, como estados conativos e emocionais, pretensões, desejos etc. Este é o caminho seguido por visões não cognitivistas sobre a moralidade, como apresentadas nos célebres trabalhos de autores como Simon Blackburn⁹. Teóricos da Sensibilidade, como John McDowell e David Wiggins, buscam, por sua vez, uma certa indissociabilidade entre o fato e valor a partir da defesa de propriedades factuais com poder prescritivo, na esteira de qualidades secundárias no esquema lockeano. Eles rejeitam o esquema humeano de crenças e desejos. Há também quem defenda a existência de estados mentais mistos, os chamados *besires* (mistura das palavras *belief* [crença] + *desire* [desejo]), e ainda outras possibilidades são apresentadas na tentativa de conjugar moralidade e motivação.

A ideia de fundo desse debate é que usamos o discurso moral para agir e recomendar ações de determinadas maneiras. Contudo, se propriedades morais forem factuais e, por consequência, inertes motivacionalmente, parece que não somos capazes de fazê-las figurar em uma descrição correta do que é o fenômeno moral. Essa é, sem dúvida, uma crítica que merece atenção e trataremos dela nas próximas páginas.

Quando olhamos para o fenômeno moral, vemos um ambiente usualmente acalorado. Se pensamos nos debates sobre direitos, permissões e proibições no âmbito da esfera pública, raramente vemos um debate morno e técnico apenas apresentando dados e explanando sobre fatos. Pelo contrário, vemos posições fortes e tentativas muitas vezes agressivas de convencimento ou mostras de indignação. Os que defendem certos preceitos morais estão normalmente dispostos a fazer o que for possível para vê-los realizados. Se são convencidos da tese contrária, também a motivação muda de lado. Ninguém parece negar tal caráter de superfície do discurso moral.

A consequência historicamente tirada dessa relação entre moralidade e motivação é a de que ambas possuem uma relação inseparável. Seria conceitualmente estabelecido que moralidade e motivação estão juntas. Desse modo, seria formalmente impossível que alguém exprimisse uma consideração moral genuína e de forma sincera sem que estivesse motivado, ao menos minimamente, a agir. Isso parece inicialmente correto principalmente quando adicionamos as palavras '*genuína*', '*sincera*' e '*minimamente*' à definição acima. Alguém poderia dizer que é comum a defesa de falsas crenças morais, que a hipocrisia grassa e que a fraqueza da vontade¹⁰ é uma realidade inescapável ao agente moral. Mas, feitas as ressalvas acima destacadas, a tendência seria a aceitação da tese descrita nesse parágrafo.

Tal tese é chamada na literatura de internismo motivacional exatamente porque afirma haver uma relação interna entre moralidade e motivação. Propriedades morais seriam intrinsecamente motivadoras. Ela é defendida pela maioria dos autores que sustentam o papel das emoções na moralidade. Não cognitivistas são o exemplo mais conhecido de defensores do internismo motivacional. Construtivistas, por sua vez, também o são. Subjetivistas também tendem a sê-lo e mesmo realistas como os teóricos da sensibilidade e alguns intuicionistas abraçam a teoria. Já antirrealistas como John Mackie¹¹ utilizam do argumento como uma forma de provar a falsidade do realismo.

O debate sobre internismo é amplo e uma série de autores estão nele engajados. Shafer-Landau nos ajuda a entender esse debate ao sistematizar o argumento internista contra o realismo e o cognitivismo que deixa bem clara a questão:

1. Necessariamente, se alguém julga sinceramente uma ação correta, está motivado, até certo ponto, a agir em acordo com esse julgamento. (*Internismo de julgamento motivacional*).
2. Quando tomadas por si mesmas, as crenças não motivam nem geram quaisquer estados motivacionalmente eficazes. (*Humeanismo motivacional*).
3. Portanto, julgamentos morais não são crenças. (*Não-cognitivismo moral*) (Shafer-Landau, 2003, p. 121)¹².

Dado que temos um argumento válido, um realista-cognitivista precisaria atacar uma das premissas para que a conclusão antirrealista e não cognitivista não seja verdadeira. Entre as várias estratégias possíveis, o realista naturalista irá atacar, como veremos, a primeira premissa de modo a negar a relação intrínseca entre moralidade e motivação.

Percebemos que o argumento expresso por Shafer-Landau é construído a partir de uma tese internista fraca, fazendo ressalvas como as que enunciamos parágrafos acima. Enquanto há teses fortes que afirmam uma relação intrínseca tal que garante a motivação quando do assentimento ao julgamento moral, há teses mais fracas que se comprometem apenas com alguma motivação. É possível ao internista afirmar que a motivação pode ser apenas inicial ou facilmente derrotada¹³.

O argumento internista clássico afirma que quem expressa um julgamento moral sem estar devidamente motivado está fazendo um julgamento “entre aspas” (Hare, 1952, p. 124). Seria como dizer que se está emulando um julgamento, ou dizendo “da boca pra fora”. Ou isso, ou a pessoa, de fato, não teria entendido realmente o preceito moral e não teria sido capaz de dominar plenamente o que está em jogo ao expressar determinado julgamento. O sujeito em questão pecaria ou por incompetência linguística ou por falta de sinceridade.

Jesse Prinz (2007), um célebre defensor do internismo, faz uma (des)analogia com um personagem já clássico na literatura filosófica: Mary, a cientista do futuro idealizada por Frank Jackson em sua discussão sobre cores. Na história de Jackson¹⁴, Mary sabia tudo sobre cores, mas vivia em uma caixa onde tudo era preto e branco. Ao sair da caixa e ver pela primeira vez uma maçã vermelha, diríamos que ela aprendeu algo novo, provando assim uma determinada tese sobre os *qualia*. A Mary (moral) de Prinz é uma adulta com suas capacidades mentais funcionando adequadamente, mas que, durante seu desenvolvimento, não teve contato com nenhuma teoria moral. Em um dado momento da vida, ela se interessa por saber sobre moralidade e tudo o que há disponível sobre as grandes teorias morais. Ela passa então a ser capaz de identificar em situações da vida cotidiana qual seria a atitude que um utilitarista tomaria, qual um kantiano seguiria e assim por diante.

Prinz questiona então se isso seria o suficiente para que ela fosse capaz de saber se algo é correto ou não. E afirma que intuitivamente diríamos que não. Que ela saberia o que é maximizar o bem-estar, ou o que é seguir o imperativo categórico, mas não se algo é certo ou errado. O argumento ganha certos contornos de questão em aberto e tem o intuito de mostrar que:

Se Mary moral não pode adquirir os conceitos ordinários de ‘bom’ e ‘mau’ ou ‘certo’ e ‘errado’ lendo sobre as propriedades descritas nas teorias éticas normativas, então não pode ser o caso que aquelas propriedades são constitutivas de nossos conceitos morais ordinários (Prinz, 2007, p. 39).

Prinz continua a sua argumentação supondo que em um determinado momento Mary (moral) passa a exibir um perfil psicológico sobre determinadas atitudes como manifestações de indignação perante um roubo, ou orgulho diante de uma obra de caridade etc. Ela passa a condenar veementemente o assassinato e a recomendar que pessoas preservem a natureza. A partir desse momento, segundo Prinz, podemos dizer que ela está compreendendo adequadamente o que é a moralidade e expressando juízos morais de forma significativa. Assim ele conclui que: "O fato de que nós podemos dizer que Mary está moralizando simplesmente em virtude de suas atitudes emocionais sugere que há uma ligação conceitual entre conceitos morais e emoções" (Prinz, 2007, p. 41)¹⁵.

David Brink e o desafio do amoralista

David Brink (1989), contudo, lança um desafio ao internismo: propõe imaginarmos um cenário contrafactual em que um sujeito seja capaz de compreender genuinamente os preceitos da moralidade e ainda assim se manter imóvel. A esse sujeito chamaríamos 'amoralista'. O amoralista seria um sujeito capaz de mostrar total domínio do vocabulário moral, professar certos cânones éticos e ainda assim dar de ombros a tudo o que envolve fazer o que é correto. Tal sujeito é um desafio ao internismo na moral.

Brink, à luz do cenário contrafactual, irá afirmar que a moralidade, embora esteja comumente associada às emoções e, por conseguinte, à motivação, não é intrinsecamente motivadora. Dizer que uma coisa aparece muitas vezes ligada à outra não quer dizer que ela aparecerá sempre. Isso, portanto, não nos permite afirmar que estão conceitualmente ligadas. A mera hipótese da existência de um ser como o amoralista já mostraria que a tese internista é incorreta. Brink defende, então, o externismo moral ao afirmar que a motivação é algo externo ao juízo moral, embora tais elementos estejam normalmente associados. Diz ele:

O externismo fornece uma explicação mais plausível para a conexão entre moralidade e motivação; torna a força motivacional das considerações morais uma questão de fato psicológico contingente, dependendo das crenças e desejos que os agentes venham a ter. Em primeiro lugar, porque não torna a força motivacional das obrigações morais uma característica conceitual da moralidade, o externismo não mantém o escopo e o rigor das obrigações morais refém dos desejos atuais das pessoas (como o internismo do agente faz). Em segundo lugar, o externismo também torna a força motivacional do julgamento moral e da crença moral uma questão de fato psicológico contingente, dependendo tanto do

conteúdo das visões morais das pessoas quanto de suas atitudes e desejos. Não obstante, o externismo pode basear essa motivação em fatos psicológicos “profundos” ou amplamente compartilhados (Brink, 1989, p. 49).

O externismo, segundo o Brink, não só consegue fazer jus a certo caráter de superfície do discurso moral como consegue, ao contrário do internista, dar conta de casos específicos como o do amoralista. Importante notar que um externista não precisa se comprometer com uma tese forte de que moralidade e motivação não estão relacionadas, ou que a moralidade não tem um caráter prático. Pelo contrário. Como continua Brink:

Se, por exemplo, a simpatia é, como Hume sustentou, um traço psicológico profundamente arraigado e amplamente compartilhado, então, como uma questão de fato psicológico contingente (mas “profundo”), a vasta maioria das pessoas terá pelo menos algum desejo de concordar com o que percebem ser suas obrigações morais (...). A motivação moral, sob tal ponto de vista, pode ser generalizada e previsível, mesmo que não seja necessária, nem universal, nem invencível (Brink, 1989, p. 49).

A única coisa que o externista deve negar é a relação conceitual entre moralidade e motivação, de modo a que seja plenamente concebível que alguém possa compreender totalmente as alegações morais, assentir a elas e, ainda assim, por algum motivo, se manter imóvel⁹. Podemos pensar em várias possibilidades que levariam um sujeito a dar de ombros à moralidade. Pessoas capazes de dar uma resposta negativa à pergunta se devo ser moral talvez não sejam as pessoas com as quais gostaríamos de conviver, talvez estejam indo contra sua própria felicidade, certamente não serão louvadas, mas censuradas e com certeza não são a norma, mas existem. Não só certamente existem, como são, ao menos, claramente concebíveis.

Michael Smith defende o internismo com uma tentativa de resposta a Brink e ao problema do amoralista. Em *The Moral Problem* ele afirma que o amoralista “tenta fazer julgamentos morais, mas falha” (1994, p. 68). Em uma estratégia argumentativa parecida com a Mary (moral) de Jesse Prinz, ele compara o amoralista a um tipo de cego moral. Ele diz que, assim como uma pessoa cega que seja capaz de fazer (por algum critério táctil, por exemplo) distinções precisas entre objetos de cores diferentes e afirmar com confiabilidade que um determinado objeto é verde ou azul, não

efetivamente enxerga, um sujeito capaz de fazer distinções morais teoricamente, sem se mover, não moraliza. Faltaria ao cego físico a experiência qualitativa da visão, assim como ao amoralista o requerimento prático essencial para a moralidade.

Prinz e Smith jogam com nossas intuições para tentar provar o ponto de que a moralidade é uma empreitada essencialmente motivacional que não pode ser, efetivamente, sequer concebida sem a motivação. Brink, ao dizer que o internista não leva a sério o desafio do amoralista, faria o mesmo que o teórico que diz que quem afirma a necessidade da experiência sensorial para a visão não leva a sério o desafio daqueles que não enxergam, mas são capazes de estabelecer definições de cores (Smith, 1994, p. 70). O externista estaria incorrendo em uma petição de princípio ao excluir a possibilidade do internismo.

Por sua vez, um externista é capaz de usar uma estratégia similar e dizer que o ônus da prova está com o internista. Num caso hipotético como o de Mary (moral), é estabelecido que a personagem é capaz de dominar todo o arcabouço teórico da moralidade, compreender o uso dos termos morais, utilizá-los como as pessoas usualmente o fazem, assentir à sua veracidade, apontar falsos juízos e imoralidades, mas lhe falta apenas uma coisa: a motivação. Se o internista ainda sim afirma que ela não moraliza, ou que ela faz um julgamento moral ‘entre aspas’, parece que ele só aceitará que há moralidade se houver motivação. Ora, mas isso é o que se quer provar, não a premissa do argumento. Assim, parece bastante razoável afirmar que é o internista que incorre em petição de princípio ao pressupor o que pretende provar.

Smith tenta, ainda, pressionar o externista a explicar em seus termos situações de alterações de crenças morais. Na visão internista, alterada a crença moral, a motivação mudará necessariamente. Isso porque o internista sustenta o caráter interno entre o conteúdo da crença e a motivação. O externista, por sua vez, ao não se comprometer com uma ligação conceitual entre moralidade e motivação não pode garantir tal mudança. Smith afirma que o externista só seria capaz de explicar a mudança de motivação de forma contingente, afirmando que o sujeito tem um desejo abstrato de ser moral. A isso ele chamou de fetichismo da moralidade, ou seja, um externista teria que afirmar que as pessoas têm apenas um desejo formal de ‘serem morais’, mas não especificamente de serem honestas, de defenderem a liberdade, o respeito, etc.

Svavarsdóttir e o ônus da prova internista

De fato, a explicação internista tenta deixar mais simples a explicação do porquê quando alguém se convence de uma tese contrária à que defendia, sua motivação é alterada. A acusação de fetichismo ao externista, contudo, parece ser forte demais. Alguém que muda de opinião sobre uma determinada demanda moral normalmente não o faz de forma súbita e sem um processo normalmente longo. O faz em um contexto em que não só as crenças, mas uma série de elementos relacionais também se alterarão. Isso parece ser o que faz com que, em geral, a alteração da crença venha acompanhada de uma alteração da motivação. Todas as coisas consideradas, o externista não precisa negar que isso seja comum e amplamente realizado dado o modo como nos comportamos, ele só não afirma que essa relação se dá de forma necessária e *a priori*.

Embora acreditemos que o externista está em melhores condições nesse conflito de intuições e de inversões de ônus da prova, alguém poderia dizer que, no fim, cada um escolhe a intuição que melhor lhe apetece. Sigrún Svavarsdóttir (1999; 2006), contudo, apresenta um argumento interessante nessa batalha de intuições. Ela descreve um sujeito chamado Patrick que, instado por sua amiga a ajudar foragidos políticos, concorda que isso seria o moral a se fazer, mas afirma não ter interesse em ajudar estrangeiros. Mesmo concordando que isso lhe custaria pouco, ele diz que realmente não se importa com estrangeiros. Patrick não mostra nenhum arrependimento em não ter ajudado os estrangeiros. Ele, não obstante, tudo isso, costuma sempre se engajar em conversas teóricas sobre moralidade embora deixe sempre claro que há muito deixou de ter qualquer aspiração de viver de acordo com os padrões morais.

Ao analisar as ações de Patrick, podemos chegar a várias conclusões: que ele está sendo insincero, que ele tem medo de mostrar suas verdadeiras pretensões morais, que ele finge um comportamento para agradar ou desagradar alguém, ou que ele, de fato, comprehende o que está em jogo na moralidade, concorda com os padrões morais, mas não se move em relação a eles. Svavarsdóttir argumenta que, embora a última opção seja a mais óbvia, não é necessário se comprometer com ela, apenas com sua presença no rol de possibilidades. E isso o internista não é capaz de fazer. O internista, então, restringe as possibilidades explicativas. E parece metodologicamente razoável que recaia sobre aquele que restringe as possibilidades de explicação em alguma área, o ônus da prova. Nas palavras da autora:

Internistas e externistas têm intuições conflitantes sobre esse assunto. Mas quando há um conflito de intuições (entre pessoas inteligentes e sensatas) sobre quais hipóteses estão em jogo como explicação de algum fenômeno observável, o peso do argumento recai sobre aqueles que insistem em uma classe mais restritiva de explicações. Isso me parece inteiramente razoável como princípio metodológico que governa a investigação empírica (Svavarsdóttir, 1999, p. 179).

O externista, de fato, parece estar em vantagem explanatória, ou ao menos, não é bloqueado pelo internista no campo motivacional. Uma vez que é capaz de sustentar uma ampla relação entre moral e motivação na maioria das pessoas, o externista consegue explicar o caráter de superfície do fenômeno moral como um todo, sendo capaz ainda de abranger na teoria os casos excepcionais de falta de motivação.

Externistas apresentarão explicações distintas para a natureza dessa relação entre moralidade e motivação. Todos, contudo, garantirão uma relação não essencial, não conceitual e contingente entre ambos. A motivação dependerá, pois, como em todos os outros âmbitos do universo humano, de um determinado estado conativo associado (de forma típica, mas não universal) aos fatos morais.

Conclusão

O debate sobre motivação possui uma extensa gama de argumentos que nos levam a pensar sobre a natureza da moral. Um realista parece instado a garantir o caráter prático da moralidade e este parece inicialmente estar ligado estritamente ao seu caráter motivacional. O que procuramos mostrar com esse texto é que um realista tem bons argumentos para defender que moralidade e motivação são fenômenos distintos, embora possam estar intimamente correlacionados.

O argumento do amoralista parece nos levar à compreensão de que exigir uma relação conceitual entre moralidade e motivação é algo exagerado e que características íntimas da natureza humana, como a capacidade de se compadecer, explicam como a moralidade é amplamente relacionada à motivação. Isso se explica também pelo modo como nossa educação moral comumente se dá, ou seja, a partir de reforços e punições baseadas em questões emocionais.

Um realista naturalista precisa apenas chamar a atenção para a possibilidade lógica de um amoralista para mostrar que é plenamente concebível um sujeito inerte motivacionalmente diante da moralidade. Há quem afirme que psicopatas são sujeitos desse tipo, mas um realista não precisa se comprometer com isso e nem mesmo com a existência histórica de um amoralista, sendo apenas a mera pressuposição lógica o suficiente para estabelecer seu ponto. Isso porque ela leva à compreensão de que moral e motivação são elementos que podem ser pensados distintamente.

A guerra de intuições e de estabelecimentos de ônus da prova parece ser bem solucionada a partir do argumento de Svavarsdóttir, que mostra que aquele que restringe as possibilidades explicativas deve ter a obrigação de provar a plausibilidade de tais possibilidades. Isso nos leva a pensar que o externismo motivacional resta bem justificado e sua plausibilidade parece bem estabelecida.

As consequências desse debate para o caráter prático da moralidade podem ser pensadas de modos diversos. Uma forma é pensar que ser um externista do ponto de vista motivacional em nada impede um compromisso com o caráter prático da moral, dada a nossa constituição como seres dotados de simpatia. Há ainda o debate sobre o fornecimento de razões para a ação e é possível dizer que a moralidade de algum modo fornece necessariamente razões para a ação e isso também garantiria seu caráter prático. Fato é que um realista naturalista parece ser capaz de conjugar sua teoria sobre fatos morais com uma visão sobre motivação que não recaia em acusações de extravagância metafísica ou epistemológica.

Notas

¹ Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Uruçuca. Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, linha de ética e política. Tem interesse nas áreas de metaética, ética normativa e epistemologia moral. Atualmente desenvolve também pesquisa sobre Métodos e Práticas do Ensino de Filosofia no Ensino Médio. Desenvolveu dois projetos sobre Filosofia e Cultura Pop financiados pelo CNPq e dois projetos de extensão desenvolvidos junto ao campus Itaberaba. Desenvolveu pesquisa de doutorado sobre a aproximação entre coerentismo epistemológico e realismo moral. Pesquisou durante o mestrado a relação entre sentimento e valor com ênfase na Teoria da Sensibilidade de John McDowell e David Wiggins. Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ. Cursou, durante o segundo semestre de 2013, um semestre de mobilidade acadêmica na Universidade de Coimbra, em Portugal. Foi Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre os anos de 2014 e 2015 desenvolvendo pesquisa sobre Sentimentalismo na

Metaética, em especial a partir do pensamento de Jesse Prinz e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) entre os anos de 2011 e 2013. Desenvolveu projeto de Iniciação Científica na área de filosofia política (Hannah Arendt) entre os anos de 2011 e 2012. Orcid: 0000-0003-3171-9950.

² Cf. Brink, 1985, p. 15.

³ Cf. Enoch, 2009.

⁴ Cf. Railton, 1986.

⁵ Cf. Smith, 2004.

⁶ Cf. McDowell, 1992 e Wiggins, 2002.

⁷ Em relação ao caráter prático da moralidade, há uma distinção consolidada na literatura especializada entre a discussão sobre o caráter motivacional dos preceitos morais e a discussão sobre a moralidade fornecer ou não razões para ação. Este artigo versa sobre o primeiro tema, qual seja, o debate motivacional. Sobre razões para ação, defendendo uma interpretação híbrida entre internismo e externismo no texto *Razões no Realismo Moral Naturalista: uma Interpretação Alternativa* (no prelo).

⁸ A teoria humeana da motivação se tornou clássica para a compreensão dos estados mentais separando-os em crenças e desejos. As crenças (fatos da razão) seriam estados mentais inertes motivacionalmente, enquanto as emoções seriam intrinsecamente motivacionais. Tal teoria tem um amplo impacto na literatura posterior e boa parte dos autores em metaética parte dela para pensar a discussão entre fato e valor. Há, contudo, célebres críticos da teoria como John McDowell, David Wiggins, Jonathan Dancy, David McNaughton entre os outros. O ataque à tese humeana da motivação não será, contudo, a estratégia adotada nessa seção.

⁹ Cf. Blackburn, S. 1984; 1998.

¹⁰ O fenômeno da *akrasia*, ou fraqueza da vontade, está presente no debate filosófico sobre a moralidade desde Platão (Cf. Protágoras). E, a não ser que se defenda, como ele, uma posição extremamente racionalista sobre a natureza da moralidade, há que se concordar que é possível falhar no desejo de ser moral. É possível elencar vários casos de viciados em drogas, por exemplo, que sabem que o vício é algo ruim e que lhes traz danos, mas não são capazes de dominar a si mesmos. Outros casos menos radicais envolvem nossas vontades fracassadas de levarmos vidas mais saudáveis, praticar exercícios, dormir cedo ou não entrar em conflito com trogloditas digitais. Parece bem estabelecido que falhamos em executar nossos planos de vida e não parece razoável tirar maiores consequências teóricas desse fato.

¹¹ Cf. Mackie, 1977.

¹² As citações presentes no artigo são traduções feitas pelo autor do trabalho.

¹³ Brink afirma que o internismo forte afirma que as alegações morais garantem motivação suficiente para ação, enquanto o internismo fraco garante alguma motivação. (1989, p. 41).

¹⁴ Cf. Jackson, 1998.

¹⁵ Em FERREIRA, A.; RUFFO, I. E. *Análise da defesa de Jesse Prinz ao internalismo moral* (2015), apresentamos uma discussão crítica sobre a posição de Prinz em relação ao internismo.

⁹ Michael Stocker (1979) traz uma ressalva importante no campo da psicologia moral com relação a pessoas com severas doenças emocionais. Tais indivíduos gravemente deprimidos ou mentalmente perturbados podem perder a capacidade de motivação que antes exibiam normalmente. A discussão sobre motivações deve, então, excluir tais pessoas, já que recorrer a elas como exemplos seria buscar casos excepcionais de um modo clinicamente compreensível. É possível, contudo, buscar contraexemplos ao internismo mesmo fazendo essa ressalva.

Referências Bibliográficas

- BLACKBURN, S. *Spreading the word*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- _____. *Ruling passions: a theory of practical reasoning*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- BRINK, David. *Moral realism and the foundations of ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- _____. Externalist moral realism. *The Southern Journal of Philosophy*, v. XXIV, Supplement, 1986.
- DANCY, J. *Moral reasons*. Oxford: Blackwell, 1993.
- ENOCH, David. Can there be a global, interesting, coherent constructivism about practical reason? *Philosophical Explorations*, v. 12, n.3, p. 319-339, 2009.
- FERREIRA, A.; RUFFO, I. E. Análise da defesa de Jesse Prinz ao internalismo moral. *Revista Estudos Filosóficos*, n. 15, p. 32-47, 2015.
- HARE, Richard. *The language of morals*. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana*. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- JACKSON, Frank. *From metaphysics to ethics: a defense of conceptual analysis*. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- MACKIE, J. *Ethics: inventing right and wrong*. London: Penguin Books, 1977.
- MCDOWELL, J. Values and secondary qualities. In: *Mind, value, and reality*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2002.
- MCNAUGHTON, D. *Moral vision*. Oxford: Blackwel, 1988.
- PLATÃO. *Protágoras*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2002.
- PRINZ, J. *The emotional construction of morals*. New York: Oxford University Press Inc., 2007.

RAILTON, P. Moral realism. *The Philosophical Review*, v. 2, n. 95, p. 163-207, 1986.

SHAFER-LANDAU, Russ. *Moral realism: a defense*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

SMITH, M. *The moral problem*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.

STOCKER, M. *Desiring the bad: an essay in moral psychology*. *Journal of Philosophy*, v. 76, n. 12, p. 738-753, 1979.

SVAVARSDOTTIR, S. Moral cognitivism and motivation. *Philosophical Review*, n. 108, p. 161-219, 1999.

_____. How do moral judgments motivate? In: DREIER, J. (ed.). *Contemporary debates in moral theory*. Malden, MA: Blackwell, p. 163-181, 2006.

WIGGINS, D. A sensible subjectivism? In: *Needs, values, truth: essays in the philosophy of value*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

Recebido/ Received: 24/08/2024

Aprovado/Approved: 21/07/2025

Publicado/Published: 08/08/2025